

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.694 - SP (2016/0187938-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : SIDNEY KAWAMURA LONGO - SP221483

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado pela **Fazenda Nacional**, desafiando decisão que não conheceu do recurso especial, sob o fundamento de que aplicável a Súmula 283/STF.

A agravante, em suas razões, sustenta que *"Inexiste [...] fundamento do acórdão recorrido que não tenha sido devidamente impugnado e, por isso mesmo, o recurso especial da Fazenda Nacional deve ser conhecido e provido"* (fl. 267).

Impugnação às fls. 273/281.

É O BREVE RELATO.

Melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC/2015 e 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tornando-a sem efeito, passando novamente à análise do recurso:

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 184):

TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. ARTIGO 138 DO CTN. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA DECLARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRAVO LEGAL. IMPROVIMENTO.

- *O julgado encontra-se devidamente fundamentado tendo demonstrado que, em regra, se mostra incabível falar-se em denúncia espontânea em tributos sujeitos a lançamento por homologação, conforme, aliás, preceituado no verbete 360 da Súmula do C. STJ, destacando, porém, que a aplicação desse entendimento pressupõe a existência de declaração prévia do tributo que, na espécie, não ocorreu, possibilitando, desta feita, a configuração da denúncia espontânea. Precedentes do C. STJ.*

- *A decisão agravada encontra-se devidamente fundamentada, motivo pelo qual deve ser mantida por seus*

Superior Tribunal de Justiça

próprios fundamentos.

- *Agravo legal a que se nega provimento.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 193/198).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 138 do CTN. Sustenta, em resumo, que, *"Na hipótese em testilha, o lançamento efetivado através da apresentação de DCTF pelo contribuinte terminou por constituir o crédito, o que inviabilizou a aplicação das disposições do artigo 138 do CTN"*(fl. 205).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A questão trazida a debate no especial diz respeito à configuração ou não de denúncia espontânea relativamente a tributo sujeito a lançamento por homologação, declarado pelo contribuinte e pago no devido prazo.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem se ancorou em recurso repetitivo julgado pelo rito do art. 543-C do CPC/73 - **REsp 962.379/RS** (Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 28/10/2008 - **Tema 61**) para solucionar a contenda (cf fls. 180/181).

Confira-se, por pertinente, a tese firmada no aludido representativo da controvérsia: *"Não resta caracterizada a denúncia espontânea, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos declarados, porém pagos a destempo pelo contribuinte, ainda que o pagamento seja integral"*.

Mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: *"Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo Tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça"* (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Superior Tribunal de Justiça

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: "*Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial*"; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal *a quo* efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, **com exclusividade e em caráter definitivo**, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.

Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o

Superior Tribunal de Justiça

esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."

ANTE O EXPOSTO, (i) **reconsidero** a decisão de fls. 261/262, tornando-a sem efeito; e (ii) **determino a devolução** dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, à luz do referido recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: I) tenha seguimento negado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (artigo 1.040, I e II, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator